



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

ALOCUÇÃO

DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO

KAY RALA XANANA GUSMÃO

POR OCASIÃO DO ENCONTRO

COM O SECTOR PRIVADO

“Reforçar o sector privado através de associações empresariais”

Edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Díli

14 de Março de 2009

Exmo. Senhor Peter McMullin
Colegas Membros do Governo
Caros Empresários,

Esta reunião, a primeira de muitas que se pretendem realizar durante este ano com o sector privado, reveste-se de fundamental importância porque pretende contribuir para ultrapassar os obstáculos que têm vindo a estagnar a nossa economia.

O Governo de Timor-Leste está empenhado em atribuir ao sector privado um papel impulsionador no processo de crescimento económico e desenvolvimento sustentável do País.

Os empresários nacionais são hoje convidados a dialogar abertamente com o Governo, com vista à criação de instrumentos e mecanismos que **permitam ao sector privado constituir-se como um Parceiro Estratégico do Governo** para:

- a criação de emprego;
- o aumento da produtividade nacional;
- o aumento de rendimentos; e para
- o desenvolvimento e reforço da capacidade empresarial do País.

As dificuldades em iniciar ou desenvolver um negócio em Timor-Leste não são novidade. A novidade reside no facto de que os problemas estão a ser identificados e, naquilo que compete ao Governo, as medidas estão a ser implementadas para alterar esta situação, em articulação com os próprios actores desta mudança, ou seja, o sector privado.

Partimos com a convicção de que os timorenses são das pessoas mais habilidosas do mundo em transformar recursos precários em grandes concretizações, e que, por isso, é possível realizar o nosso sonho de construir uma indústria timorense para vender os nossos produtos nos mercados locais e internacionais.

Partimos ainda do princípio que no mundo actual já não faz sentido que seja o Governo o principal motor de crescimento económico. A estratégia do passado, em que as empresas dependiam dos projectos oferecidos pelo Governo, provou não ser a melhor forma de desenvolver uma economia forte.

O Governo quer-se como um parceiro e não como dominador do sector privado.

No entanto, ambos têm grandes responsabilidades e a primeira responsabilidade do Governo é criar condições favoráveis para permitir que os negócios se desenvolvam.

Neste sentido, o primeiro dos obstáculos ao desenvolvimento do sector empresarial e industrial, em Timor-Leste, já foi removido. A sensação de segurança e estabilidade nacional é agora generalizada no seio da nossa população, dando mais confiança ao sector privado para investir.

A segurança e o desenvolvimento económico estão intimamente interligados e **investir na segurança, é investir no desenvolvimento!**

Por outro lado, as reformas iniciadas na Administração Pública e, em especial, no Ministério das Finanças, têm vindo a melhorar significativamente os

sistemas e procedimentos, desde o sistema de aprovisionamento à melhoria da eficiência dos gastos públicos e melhores taxas de execução orçamental.

Esta é sem dúvida uma condição fundamental para fomentar o desenvolvimento do sector privado. Todos sabemos que o nosso sector privado não tem ainda facilidade de recorrer a empréstimos e garantias bancárias, como têm por exemplo os empresários estrangeiros. Assim, a boa gestão das nossas finanças públicas contribui, em muito, para minimizar a concorrência desleal entre os empresários nacionais e estrangeiros.

A reforma tributária já adoptada por este executivo foi outra das medidas fundamentais para o arranque da máquina do sector privado. A simplificação do sistema fiscal e o alívio da carga tributária que era desajustada e excessiva face à realidade do País, foi uma medida fundamental para o desenvolvimento das nossas empresas e indústrias.

Actualmente, o nosso regime tributário aplica taxas extremamente baixas em quaisquer impostos e, ao contrário do verificado no passado, o processo moroso e complexo de pagar impostos tornou-se agora mais simples e transparente.

O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria desenvolveu a regulamentação de suporte ao novo sistema de registo de empresas, para tornar mais célere e menos burocrático o processo de criação de empresas. O novo sistema reduz o prazo de processamento de 92 dias para um máximo de 3 dias.

O Governo iniciou ainda o processo que providenciará mais segurança jurídica sobre os direitos de propriedade. Os esforços neste sentido resumem-se muito brevemente:

- a um conjunto de legislação já existente, como o Código das Sociedades Comerciais, o Código do Registo Comercial e a regulamentação para as actividades extractivas;
- ao desenvolvimento de um Código de Registo Predial e a capacitação de quadros timorenses para o Departamento de Registo Predial;
- à conclusão do Projecto de Código Civil, Lei reguladora, entre outras matérias, dos Direitos Reais e Direitos de Propriedade;
- ao desenvolvimento de um Serviço Nacional de Cadastro, que permitirá identificar todas as parcelas de terra; e
- à revisão de um novo pacote legislativo sobre o Investimento.

Estes são alguns dos passos já dados, mas o Governo tem consciência de que ainda muito há a fazer.

Assumimos que um dos factores que leva a uma taxa de investimento privado tão reduzido no nosso País, tem a ver com o mau estado do nosso ambiente empresarial e é por isso que estamos a dar prioridade, durante este ano, à correcção do sistema.

Para melhorar o nosso ambiente empresarial, estamos a desenvolver esforços no sentido de criar condições de acesso ao crédito às empresas privadas, como é exemplo o suporte através de institutos de micro-finanças, sobretudo nas áreas rurais.

Vamos ainda a acelerar medidas de curto prazo como:

- eliminar o capital mínimo necessário para criar uma empresa;
- rever as normas laborais de modo a aumentar a flexibilidade;
- desenvolver normas de construção;
- continuar a simplificar os procedimentos de criação de empresas;
- melhor coordenação e articulação de procedimentos entre as várias instituições envolvidas; e
- reforçar a capacidade quer das instituições (meios técnicos, humanos, financeiros e de formação) quer dos empresários.

Senhoras e senhores,

O arranque de projectos de infra-estruturas, previsto para 2009, será fundamental para melhorar a competitividade e a eficiência do sector privado.

A produção e distribuição de electricidade para todo o País, a melhoria das redes rodoviárias e portuárias e a melhoria das telecomunicações, são algumas das prioridades deste Governo.

É de facto uma oportunidade para o sector privado se desenvolver e, por outro lado, participar activamente no processo de transformação da nossa sociedade, o qual levará ao bem-estar de todos os timorenses.

O que é pedido ao Sector Privado é que acompanhe estes esforços do Governo para desenvolver o País, como uma causa nacional.

Todos os timorenses são chamados a participar na construção e desenvolvimento da nossa Nação. Quando todos nós sofremos com as crises que colocaram a ordem e a segurança públicas em risco, todos os timorenses

concordaram que as instituições tinham que trabalhar em cooperação e de forma coesa para ultrapassarem este desafio nacional.

Felizmente isso foi possível e um exemplo concreto foi o exemplar contributo das F-FD'TL e da PN'TL que, em comando conjunto, deram resposta à necessidade de estabilização nacional.

Neste momento, é o sector privado que está a ser chamado para contribuir para a causa nacional de combate à pobreza. Sabemos que a única forma de resgatar o nosso Povo da miséria é através do crescimento económico e este necessita dos esforços conjuntos do sector público e do sector privado.

E o que o sector privado pode fazer desde já?

Encarar a sua participação no desenvolvimento da economia como uma missão. Trabalhar com dignidade, profissionalismo e transparência.

Colaborar com o Governo no processo de combate à corrupção, denunciando as irregularidades encontradas no sistema e agindo de forma responsável em todas as suas acções.

Caros empresários,

O sector privado deve ainda aproveitar as oportunidades trazidas pelo investimento estrangeiro. É política assente deste Governo que a abertura do País ao investimento estrangeiro tem como contrapartida a capacitação do sector privado nacional, o que significa que os senhores também têm que demonstrar credibilidade para facilitar a criação de “joint ventures”.

Mesmo que inicialmente as empresas e indústrias timorenses tenham que entrar com recursos financeiros limitados, têm a oportunidade de aproveitar ao máximo o *know-how* importado. Os benefícios que retirarem destas parcerias, permitirão com o tempo investir “mais e mais” e retirarem daí mais dividendos - é assim que se constrói um sector privado vigoroso.

Senhoras e senhores,

Finalmente, uma das principais razões que nos reúne aqui hoje, é a identificação de meios para melhorar a organização e a liderança do sector privado.

A experiência de outros países diz-nos que a constituição de corporações tem tido sucesso. As empresas e as indústrias, ao constituírem-se como um colectivo, onde partilham experiências e recursos têm vindo a desenvolverem-se com sucesso.

Por outro lado, este associativismo permite ao Governo actuar com mais eficácia nos seus apoios e garantir um melhor ambiente empresarial para as operações de negócios.

O esforço quando é colectivo torna-se mais efectivo. As empresas e indústrias, ao organizarem-se em associações, têm mais facilidade em ultrapassar os desafios de negócio e a recorrer à banca e a outros instrumentos financeiros para a concessão de créditos.

A fórmula de sucesso da nossa luta pela libertação encontra-se precisamente neste espírito e força da colectividade para a prossecução de objectivos comuns – se temos vindo a aprender com os nossos erros, devemos, ainda mais, aprender com os nossos sucessos!

A apresentação que teremos oportunidade de assistir de seguida irá contribuir para perceber melhor como funciona e quais as vantagens de uma Câmara de Comércio e Indústria. Agradeço ao nosso amigo, Mr. Peter McMullin, pelo facto de ter vindo colaborar connosco neste esforço de consolidação do nosso sector privado.

Senhoras e senhores,

Progredir é acção e sacrifício! É compreender os desafios que temos pela frente e escolher os meios mais eficazes para ultrapassar os obstáculos que, com genuína cooperação, reduzirá a hipótese de desperdiçar as grandes oportunidades existentes no nosso País.

Vamos colocar o sector privado ao serviço do desenvolvimento, ao serviço dos pobres do nosso País!

Muito obrigado!

Kay Rala Xanana Gusmão

14 de Março de 2009